

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS

PRISCILA BARBOSA RIBAS ANSBACH

FORMAS DE TRATAMENTO EM CARTAS NOTARIAIS DO SÉC. XVIII:  
PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO.

PONTA GROSSA

2011

PRISCILA BARBOSA RIBAS ANSBACH

FORMAS DE TRATAMENTO EM CARTAS NOTARIAIS DO SÉC. XVIII:  
PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de graduação na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Letras Vernáculas.

Orientadora: Profa. Dra. Elódia Constantino Roman

PONTA GROSSA

2011

PRISCILA BARBOSA RIBAS ANSBACH

FORMAS DE TRATAMENTO EM CARTAS NOTARIAIS DO SÉC. XVIII:  
PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção de título de graduação  
na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Letras Vernáculas.

Ponta Grossa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Profa. Dra. Elódia Constantino Roman  
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa. Dra. Aline Cacilda Koteski Emilio  
Doutora em Linguística  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. José Tadeu Dolinski  
Doutorado em Letras  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai, por me ensinar o valor do trabalho e por ter me assegurado educação de qualidade.

À minha mãe, pelo exemplo de força e por me mostrar que nunca é tarde para se estudar e alcançar um cargo desejado.

Aos meus irmãos, Ricciery e Patricia, à minha cunhada Dayana, que jamais mediram esforços para me ajudar.

Ao meu irmão Rodrigo e meu sobrinho André, os quais amo incondicionalmente.

À minha avó Juvina (*in memorian*), exemplo de bondade.

À minha avó Alzira (*in memorian*), por ter me proporcionado a leitura do meu primeiro livro “A flor alada”, propiciando e desenvolvendo o meu gosto pela leitura.

Ao meu marido Mauro, maior responsável pela minha graduação. Também lhe agradeço pelo companheirismo, mas acima de tudo pelo respeito, tolerância e apoio nesses anos de dedicação à vida acadêmica.

A todos estes devo a pessoa feliz e motivada a seguir este caminho de professora e pesquisadora.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por ter iluminado minha vida e me guiado nesses quatro anos de curso.

À minha orientadora Profa Dra. Elódia Constantino Roman, pelas indicações de autores e leituras, pelas orientações, pelas discussões e acima de tudo pelo carinho e paciência.

À Profa Dra. Aline Cacilda Koteski Emilio pelas aulas de Linguística Aplicada, seu olhar inspirador para a sociolinguística e para estilística.

Ao Prof. Dr. José Tadeu Dolinski pelas primeiras aulas sobre história da língua, área pela qual me encantei.

A estes dois professores que se prontificaram à leitura do meu trabalho, pela contribuição a este através de suas orientações e pareceres. Pela presença na minha banca de Trabalho de Conclusão de Curso.

*A palavra*

Já não quero dicionários  
consultados em vão.  
Quero só a palavra  
que nunca estará neles  
nem se pode inventar.

Que resumiria o mundo  
e o substituiria.

Mais sol do que o sol,  
dentro da qual vivêssemos  
todos em comunhão,  
mudos,  
saboreando-a.

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

O propósito desse trabalho é apresentar uma análise sobre a ocorrência dos pronomes de tratamento como elementos de referência e de progressão referencial em Cartas notariais produzidas em Guaratuba, no séc. XVIII. As Cartas apresentam-se como documentos oficiais, correspondendo ao primeiro estilo de carta estabelecido por Bazerman (2006, p. 77), gênero textual que constitui diversos outros, o que só ressalta sua importância. Além do gênero textual, a perspectiva sócio-histórica que envolve a escrita dessas cartas também foi considerada. Segundo Bazerman (2006), esses documentos eram responsáveis pela organização administrativa e serviam como registro dos fatos de épocas passadas. Há documentos oficiais que seguem a linguagem formal. Essa se reflete no grande uso de vocativos e formas de tratamento. Sobre referência como atividade discursiva, entre outros estudiosos, adotamos a concepção de Koch (2008, 2009), em que a escolha dos referentes é feita a partir do propósito de um sujeito em uma determinada interação verbal. Destaca-se, então, a importância de que esses sujeitos da interação compartilhem conhecimento lexical, enciclopédico e contextual. Com este trabalho, procuramos demonstrar como esse processo ocorre nos textos analisados, especificando os pronomes de tratamento como referentes.

Palavras-chave: cartas notariais; progressão referencial; pronomes de tratamento

## SUMÁRIO

1	<b>Introdução</b> .....	8
2	<b>Capítulo I - Do latim ao português brasileiro</b> .....	9
3	<b>Capítulo II - Gênero textual e o <i>corpus</i></b> .....	14
4	<b>Capítulo III - A referenciação</b> .....	19
5	<b>Capítulo IV - Os pronomes de tratamento nas gramáticas</b> .....	24
6	<b>Capítulo V - Análise do <i>corpus</i></b> .....	26
7	<b>Considerações Finais</b> .....	34
8	<b>Referências</b> .....	36



## Introdução

De um modo geral, podemos afirmar que alguns processos cognitivos e lingüísticos são realizados naturalmente por um falante que, de fato, domine uma língua. São processos que são influenciados por elementos externos, mas que podem ser observados em qualquer período sócio-histórico de que este falante faça parte. É o caso da coesão e da referenciação. Salvo, evidentemente, por algumas especificidades que podem influenciar esse falante, as quais não são pertinentes a este trabalho.

A referenciação, que recentemente tem recebido a atenção de estudiosos, já podia ser percebida em textos de séculos passados. Possivelmente, através de recursos e usos distintos dos de hoje. Pois, a língua (gem) está constantemente em processo de transformação, resultado da influência do falante, do seu uso e, portanto, da práxis.

Embora se fale em mudanças e transformações, é importante ressaltar que nossa perspectiva não é a de se trabalhar diacronicamente, mas sim sincronicamente, investigando como a escrita acontecia no período colonial, tomando por base a situação atual da língua.

Em outras palavras, nosso trabalho é fundamentado na observação e descrição de alguns elementos de referenciação em manuscritos antigos, mais especificamente, cartas notariais do século XVIII da cidade de Guaratuba.

Consideramos, assim como MELO (1981), que é através da análise de textos antigos que percebemos o estado da língua em determinado momento, bem como conseguimos subsídios para construir a história da língua.

Neste trabalho, no primeiro capítulo fazemos um percurso histórico sobre constituição da língua portuguesa ou do português brasileiro; no segundo, discutimos o gênero Carta; no terceiro, o processo de referenciação, no quarto capítulo discorremos como é tratado o pronome de tratamento por algumas gramáticas, e, por fim, apresentamos a análise do *corpus*.

## Capítulo I

### Do latim ao português brasileiro

A língua portuguesa proveio do latim vulgar e, conforme Cunha (2008), proveio particularmente do ramo itálico ou ítalo-celta. O latim, segundo Bechara (2009), foi levado à Península Ibérica pela expansão romana no início do século III a.C.

Distingua-se o latim em literário, escrito com cuidados voltados à arte, praticado pela pequena elite e representado como cita Cunha (2008) por grandes nomes da prosa como Cícero e César e da poesia como Virgílio e Horácio; o outro tipo de latim é o vulgar, a língua espontânea, usada no cotidiano pelos diversos grupos sociais.

Sobre a distinção entre latim literário e vulgar, Bueno (1958) afirma que não se trata de uma propensão particular dessa língua. Segundo ele, qualquer idioma em que se desenvolvam obras literárias, com marcas e expressões mais elaboradas, naturalmente se instituirá o que o autor denomina de “tipos de língua”. Ainda sobre a relação desses tipos de língua, o autor afirma que enquanto o tipo vulgar tenta se aproximar do literário como tendência natural de aperfeiçoamento, o tipo literário se utiliza das inovações do vulgar, as quais são lentamente aceitas pelos escritores.

Se, como foi afirmado anteriormente, a partir das contribuições de Cunha (2008), o latim literário era equivalente a pequenos grupos da elite, certamente não haveria como soldados e funcionários romanos, que se deslocavam às terras conquistadas, levarem outro latim que não fosse o vulgar, por eles falados.

Assim que chegava a essas terras, o latim era forçadamente obrigado a conviver com línguas nativas. Pressupomos que, em cada lugar conquistado, o latim foi se transformando conforme esses diferentes contextos.

Mas, não foi somente por romanos que a Península Ibérica foi invadida. Após a romanização chegaram alguns povos germânicos, que segundo Cunha (2008) compreendem os vândalos, os suevos e os alanos, e ulteriores os visigodos, considerados mais civilizados entre os demais. Segundo o autor, estes conseguiram juntar-se à região, porém linguisticamente uma pequena herança deixaram na língua.

Ainda segundo Cunha (op.cit.), é através da posterior e longa dominação árabe que a região recebe grandes contribuições na arte, na ciência, na agricultura, indústria e comércio, e, conseqüentemente após oito séculos de convivência, estima-se de quatrocentos a mil vocábulos que foram introduzidos à língua portuguesa, mas quando comparado à contribuição do latim, pouca força teve. Entretanto, de acordo com Bechara (2009) este momento de dominação e tentativas de reconquista anti-islâmica é que foi responsável por demarcar as divisões linguísticas da região em: Condado da Galiza (galego-português); Reino de Leão e das Astúrias (aturo-leonês); Condado de Castela (castelhano); Reino de Navarra (basco e navarro-aragonês) e Reino de Aragão e Condado de Barcelos (catalão).

Conforme Cunha (2008) e Bechara (2009), a partir do galego-português é que se considera a história da nossa língua. Por conseguinte, desenvolver-se-ão as fases da língua dividindo-se em: período arcaico (séc. XIII a XIV), português arcaico médio (séc. XV a XVI), português moderno (séc. XVI a XVII) e o português contemporâneo (a partir do séc. XVIII).

Foi com a expansão marítima lusitânica que a língua portuguesa chegou ao Brasil.

Antes de traçarmos os aspectos sócio-históricos que influenciaram e constituíram a formação do português do Brasil é preciso que, antes, levantemos algumas considerações. Inicialmente, faz-se necessário estabelecermos como distintas a língua portuguesa de Portugal com a língua portuguesa do Brasil e, portanto, assim como Melo (1981) nos reportamos à nossa língua como *português brasileiro*, já que a língua trazida pelos colonizadores conviveu e foi influenciada primeiramente pela língua indígena, pelos dialetos africanos (de grande diversidade) e posteriormente pelas línguas de outros imigrantes que aqui se instalaram.

Outra consideração importante é explicar por que denominamos como sócio-história o contexto de formação da nossa língua. Trata-se, segundo Mattos & Silva (2004), de uma tentativa mais ampla da linguística histórica de considerar não somente ao que se limita a história interna da língua, mas também de contemplar a história externa. Em outras palavras, para se chegar à compreensão das mudanças linguísticas que constituem o português brasileiro hoje, é necessário estabelecermos os diversos contextos sociais históricos que propiciaram ou não essas mudanças. Consideramos assim, como Mattos e Silva (op. cit.), a língua como produto de uma

construção social e histórica. Vejamos a citação utilizada pela autora de Houaiss<sup>1</sup> (1985), considerado o precursor da visão multidialetal e multilíngue ao português no Brasil, em que esclarece a diferença entre história interna e externa:

Não preenchemos ainda os requisitos da pesquisa e conhecimento com que se possa elaborar uma história da língua portuguesa do Brasil - na dupla face do que se costume tal história: externa em que se articulam fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas dos ocupantes e fatos das prevalências e desaparecimentos das línguas; e a interna, em que tomando o fenômeno linguístico do português para cá trazido, se examina a evolução que cada componente e cada estrutura aqui teve, de modo que haja uma “explicação” mais ou menos segura das causas das diversidades horizontais e verticais aqui havidas. (HOUAISS, 1985, p. 31-32 apud MATTOS & SILVA, 2004, p.32)

Para autores como Mattos & Silva (op.cit.), hoje o Brasil é considerado um país multidialetal pela heterogeneidade de variantes regionais e sociais espalhadas pelo extenso território e pelos mais de 190 milhões de habitantes, resultante das contribuições das línguas de imigrantes. Também é considerado multilíngue porque, embora tenhamos a língua portuguesa como oficial e concernente à maioria, dentre estes milhões de habitantes estão alguns grupos indígenas sobreviventes da exploração que ocorre desde o séc. XVI. Estes grupos são responsáveis pela preservação de 150 a 180 línguas indígenas, as quais também são consideradas nacionais, como apontado por Mattos & Silva (op.cit.).

Do mesmo modo, não é possível adotarmos uma visão homogeneizadora da língua em formação nos primeiros anos de colonização. Conforme a autora, a língua indígena já era por si só considerada heterogênea. Cerca de mil línguas, salvo pelas tribos de tupinambás e tupiniquim, localizados na costa brasileira, essas tribos apresentavam línguas semelhantes e correspondentes ao tronco linguístico tupi. Essa veio a ser designada genericamente por Padre Anchieta de “língua brasílica” e posteriormente por outros autores como “língua geral”. Porém, sabe-se que no séc. XVII já havia diferenças regionais e, portanto, diferentes línguas gerais no Brasil:

O processo colonizador e evangelizador dos séculos XVI e XVII teve de utilizar, como instrumento fundamental para a dominação, línguas indígenas brasileiras. Embora homogeneizadora da atividade catequética – construiu um “tupi jesuítico” -, a língua geral da costa, de base tupi, chegou a ser um

---

<sup>1</sup> HOUAISS, A. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

risco para a hegemonia do português no Brasil, juntamente com outras línguas gerais indígenas que foram veículos de intercomunicação entre brancos, negros e índios não só no litoral brasileiro nas entradas paulistas; pelo nordeste teria sido uma língua geral cariri (Houaiss, 1985, p.49-50) e na Amazônia a língua geral de base tupinambá é o antepassado do nheengatu, que persiste hoje em área de complexo multilinguismo no rio Negro, língua brasileira, fruto vivo da morte de outras línguas. (MATTOS & SILVA, 2004, p.15)

Esta citação fornece-nos também informações sobre as primeiras tentativas dos portugueses de escolarizar e converter o povo indígena através dos padres jesuítas, porém para ensinar a língua portuguesa do colonizador tiveram, antes, de aprender a(s) línguas(s) do povo colonizado.

Sobre a heterogeneidade a autora traz as contribuições de Fernão Cardim<sup>2</sup>, o qual no séc. XVI traçou e descreveu as setenta e seis nações que não habitavam a costa do mar: “todas as setentas e seis nações de Tapuias, que têm as mais deles diferentes línguas, são gente brava, silvestre e indômita, são contrários quase todos do gentio que vive na costa brasileira” (CARDIM, 1997, p. 206 apud MATTOS & SILVA, 2004, p. 77)

Entretanto, a heterogeneidade linguística não se encerra no que Coutinho (1984) chama de “elemento indígena”. Com a exploração do país, sabemos desde nossas primeiras aulas de história do Brasil, inicia-se o tráfico de africanos para o trabalho escravo no Brasil. Com eles chegam ao nosso território diferentes línguas que, segundo Mattos & Silva (op.cit.), serão fundamentais na constituição do nosso português. Variam de 200 a 300 línguas africanas que aqui chegaram (BONVINI, e PETTER, M, 1998 apud MATTOS & SILVA, 2004, p. 96)

Para esta afirmação a autora cita os estudos de Darcy Ribeiro (1995), os africanos e afro-descendentes foram obrigados a aprender a língua portuguesa, por ser esta a língua de maior contato, a dos seus senhores, a dos berros do capataz. Também para se comunicar com outros africanos, já que estes eram estrategicamente misturados. Isto é, qualquer grupo de mesma etnia e língua eram separados e só unidos a outros grupos étnicos, a fim de evitar comunicação e, conseqüentemente, rebeliões contra o injusto sistema escravagista. Isso impediu, igualmente, que aqui sobrevivesse qualquer uma dessas línguas africanas.

---

<sup>2</sup> CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Lisboa: Comissão dos Descobrimentos Portugueses (transcrição, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo), 1997 [1580-1590].

De acordo com Coutinho (1984), além de essas línguas contribuírem para o léxico do português que aqui se desenvolvia, o elemento africano exerceu forte influência na formação de nossa nacionalidade.

Apesar da diversidade linguística do país no período colonial, nenhuma das línguas desses povos citados se tornou oficial. A fim de favorecer a língua europeia, em 1757, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro do reinado de D. José, fixou a Política Linguística e Cultural implantando a língua portuguesa como oficial. De acordo com Mattos & Silva (2004), essa política ainda expulsou os jesuítas que viviam no país, por serem acusados de apoiar os indígenas contra as forças de Portugal.

Conforme aponta a autora, a imposição da língua portuguesa se deu em um período propício, pois se trata do momento em que diminuía o número de africanos que chegavam ao Brasil, assim como era o momento de descenso indígena. Resultava um novo povo, miscigenado e agora subjugado a outra língua. Esta, foi imposta no ensino, antes restrito à missões da Companhia de Jesus, e imposto o seu uso em documentos oficiais como, por exemplo, as cartas notariais analisadas. Portanto, a língua portuguesa do Brasil, nasceu e convive com a diversidade, já que, no século XIX, ainda sofreu as influências das línguas de imigrantes que aqui chegaram.

Somente a partir desse percurso histórico da língua portuguesa do Brasil é possível examinarmos de modo mais minucioso os documentos que fazem parte da história do Brasil. Assim como Mattos & Silva (2004), entendemos que a formação do português brasileiro deve ser analisada no seu contexto sócio-histórico excedendo às observações internas da língua, reconhecendo o valor do meio em que essa se formou.

Esses documentos oficiais se configuram em forma de cartas notariais. No capítulo seguinte fazemos algumas considerações sobre gênero textual.

## Capítulo II

### Gênero textual e o *corpus*

É indiscutível a diversidade de gêneros textuais (orais ou escritos) que permeiam as atividades de uso da língua de qualquer indivíduo, alguns mais frequentes como bilhete, anúncios, notícias, outros nem tanto, como um artigo científico, um inquérito policial, etc. Evidentemente, a familiaridade genérica diferencia-se de uma pessoa a outra, já que estes estão intimamente ligados ou correspondem a um contexto do qual esta pessoa faz parte. Por exemplo, um inquérito policial é um gênero recorrente para um delegado, escrivão, juiz, advogado, etc enquanto um cidadão que não trabalhe no sistema jurídico e que não tenha antecedentes criminais pode nunca ter acesso a essa forma de texto. O contexto que envolve as pessoas e os gêneros usados é chamado por Bakhtin (1992) de “esferas da atividade humana”. É tendo em conta essa relação entre esses “modelos” de textos e o seu uso que compreendemos os gêneros textuais.

As afirmações acima podem ser encontradas desde Bakhtin (op.cit.), a Bazermann (2006) e, ainda, Marcuschi (2008). Autores que tratam da temática de gênero discursivo ou textual<sup>3</sup>. Estes autores compartilham da concepção de enunciados, de linguagem e de gêneros intrinsecamente relacionados, influenciados e determinados pela prática social.

Segundo Bakhtin (1992), o uso da língua ocorre através de enunciados, responsáveis por refletir as especificidades e finalidades de cada esfera da atividade humana. Sobre enunciado, entendidos aqui como constituintes do gênero, Bakhtin (1992, p. 293) define como “unidade da comunicação verbal”.

Ao observarmos uma esfera de utilização da língua, perceberemos “tipos relativamente estáveis de enunciado”, o que o autor denomina como gêneros do

---

<sup>3</sup> Adotando a posição de Marcuschi (2008), não fazemos distinção entre *gênero textual*, *gênero discursivo* ou *gênero do discurso*. Pois, os considero equivalentes. Seguindo este autor, atento para as diferenças entre “tipo textual” (narração, argumentação, exposição, descrição e injunção), “gênero textual”: textos que permeiam nosso cotidiano, marcados por padrões característicos e, “domínio discursivo” que constitui o que Bakhtin (1992) denomina como esferas da atividade humana, indicam as *instâncias discursivas*, por exemplo, discurso jurídico, jornalístico, etc, que englobam vários gêneros.

discurso. O termo “relativamente” empregado pelo autor indica a capacidade mutável ou dinâmica dos gêneros de adequar-se com a necessidade conversacional.

É importante destacarmos que, conforme argumenta Bazerman (2006), a determinação de gênero é marcada por uma dualidade, visto que, enquanto as características de um gênero podem indicar uma situação de uso, uma situação de uso pode exigir um determinado gênero. O gênero textual está, portanto, constantemente propenso a adequações, ampliações e transformações. Pois, mudamos nosso discurso, nosso enunciado e até um gênero de acordo com o nosso destinatário e com o contexto.

Outro aspecto genérico comum entre estes autores é sobre a diversidade e heterogeneidade de gêneros. Tentar definir o número e quais são os gêneros seria tão inoportuno, para não dizer impraticável, quanto tentar definir todas as suas situações de usos. Também seria desconsiderar o desenvolvimento social e tecnológico que favorece na transformação e criação de novos gêneros, por exemplo, o gênero relativamente novo, o e-mail; desconsiderar a hibridização do gênero, que mantêm o estilo de um e função comunicativa, de outro.

Na tentativa de superar essa diversidade, Bakhtin (1992) sugere distinguirmos gêneros primários (simples) de secundários (complexos).

Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente. (BAKHTIN, 1992, p.281)

Entretanto, observamos que esta distinção Bakhtiniana não é levada adiante por Bazerman (2006) e Marcuschi (2008), já que normalmente não temos dificuldade em identificar um gênero, pois basta ir além de observarmos seu estilo e atentarmos para a sua função social.

O autor Bazerman (op.cit. p. 11) volta-se mais à essência social do gênero e defende que os “gêneros são o que as pessoas reconhecem como gêneros em



qualquer momento do tempo”. O que determina um gênero já está estabelecido coletivamente.

Os gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. Isto é, são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que as pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas à seus propósitos práticos. (BAZERMAN, 2006, p. 31)

Ainda segundo o autor, os gêneros são formas tipificadas, mas não são presos a um número preciso de características, pois isto os simplificaria e os tornaria atemporais, pois assim como a necessidade e os conceitos coletivos mudam, os gêneros os acompanham. Para outra forma de se evitar a simplificação genérica podemos acrescentar a afirmação de Marcuschi (2008), de que para estudarmos um gênero textual, precisamos observar sua função e não a sua forma.

O gênero epistolar é gênero fundamental na teoria de Bazerman, o qual se encarrega por demonstrar como traços enunciativos da carta podem ser observados em tantos outros gêneros, para os quais serviu de origem ou, de algum modo, mantêm relação, é o caso de alguns textos de jornal, a revista científica e o romance. Adendo a essas características, acreditamos que a carta representa um bom material para se observar o estado da língua em determinado período sócio-histórico.

Por estas e outras razões é que nos propomos a analisar este gênero textual tão antigo e tão empregado. Antes da análise, algumas informações sobre a carta devem ser apresentadas.

Segundo o dicionário Houaiss (2009) a carta pode ser definida como mensagem manuscrita ou impressa a uma pessoa ou organização para comunicarlhe algo. Pode possuir caráter pessoal, familiar e íntimo ou caráter oficial, o qual é privilegiado por esta análise. Este tipo específico de carta implica em um direcionamento distinto na sua escrita, pois encontramos elementos (saudações, despedida e linguagem) em estilo mais formal.

Conforme argumenta Bazerman (2006), os primeiros comandos escritos na Grécia e no Oriente Próximo (Bazerman, apud White, 1982) foram feitos na forma de cartas.

Continham a identificação do autor e audiência e, no período antigo, elas eram entregues por mensageiro pessoal da autoridade – o qual, dizia-se, passava a representar a própria presença ou projeção (“parousia”) do emissor. A aparente encenação social era ainda realçada pela leitura em voz alta pelo mensageiro, que podia portar uma segunda mensagem falada, não confiada à escrita. Assim, os procedimentos da entrega dessas primeiras cartas visivelmente representavam as relações sociais realizadas a distancia pelo meio da carta (Stirewalt, 1993:5). Mesmo quando as cartas deixaram de ser recitadas pelo mensageiro, o propósito da projeção da presença do autor através da escrita permaneceu (Doty, 1973:12). (BAZERMAN, 2006, p.86 e 87)

Dando seguimento às contribuições deste autor, destacamos o avanço da carta através do seu uso pela Igreja cristã. Os textos em forma de cartas aparecem nos livros bíblicos do Novo Testamento, “nessas cartas perpassam muitas atividades – incluindo narrativas de eventos notáveis, o proselitismo, a oração, o consolo, os ensinamentos morais, o louvor dos fiéis, os avisos contra os falsos profetas, (...)” (Bazerman, 2006, p.88). Do mesmo modo, as cartas foram usadas como forma de comunicação à distância e de organização da Igreja. Relevante para nosso estudo é que essas funções epistolares por muitos anos espalharam-se para outras áreas burocráticas e administrativas, como é o caso das Cartas notariais analisadas, resultando na estreita ligação do gênero com documentos legais.

Hoje, apesar dos meios tecnológicos estarem cada vez mais acessíveis, o gênero textual carta, embora enfraquecido, ainda é recurso utilizado em diversos meios sociais. O que é, como aponta Bazerman (2006), pouco explorado é que outros gêneros possuem uma aproximação considerável com a carta, pois basta aproximarmos com um de seus princípios: a comunicação direta entre duas pessoas, representação dialética, vista na citação anterior.

Sabemos que, durante muito tempo, o meio mais usado, muitas vezes o único possível, para comunicação era a carta. Destacamos para nosso estudo é que, ainda segundo o autor, as cartas oficiais foram as primeiras registradas. Somente com o passar do tempo é que as cartas passaram a ser um recurso familiar ou pessoal. Portanto, percebemos que, por muito tempo, a relação entre as cartas e os documentos legais resultou em uma forma de se estabelecer organização administrativa duradoura. Então, não é possível conformar-se exclusivamente com a funcionalidade comunicativa deste gênero textual, visto que serviu também como

forma efetiva de registro de momentos históricos. Afinal, pouco saberíamos de nosso passado se não fossem as cartas que resistiram ao tempo.

As cartas notariais compartilham destas mesmas características e eram trocadas por autoridades. As aqui analisadas foram produzidas pelos vereadores da Câmara da então Vila de São Luiz de Guaratuba e endereçadas, na maioria das vezes, ao Governador da Capitania de São Paulo e até ao próprio rei, a fim de informar fatos e a situação do local.

Segundo arquivo municipal, a Vila de São Luiz de Guaratuba foi fundada em 27 de abril 1771 pelo governador geral da capitania de São Paulo, o Tenente Coronel Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, conforme a solicitação do rei de Portugal D. José I. Porém, no ano 1838 o município passou a ser distrito de Paranaguá e só foi restaurado em 1947. Um fato histórico importante que permeia o conteúdo dessas cartas é que somente em 1792 um prefeito foi eleito na Vila, até este momento esta era administrada pela Câmara de vereadores.

Antes de observarmos como as formas de tratamento são utilizadas como recursos da referenciação faz-se importante demonstrar como entendemos a referenciação.

## Capítulo III

### A referenciação

O uso da língua é capaz de aproximar ou afastar pessoas. Se entre essas houver falantes desconhecidos, mas de uma mesma língua, é comum que estes desenvolvam maior e mais facilmente uma relação de afinidade ou proximidade.

Quando lemos um texto, a compreensão deste pode se dar de forma distinta de uma pessoa a outra, porque nossa “bagagem”, nosso conhecimento de mundo e linguístico é algo individual, embora, seja construído através da relação com o outro. O mesmo ocorre quando falamos em referenciação. Quando utilizamos um determinado referente é importante que este represente o mesmo ou semelhante “objeto” para o meu interlocutor, evitando uma discordância ou uma falta de entendimento. Isso pressupõe o ato de compartilhar e de troca entre falantes e ouvintes.

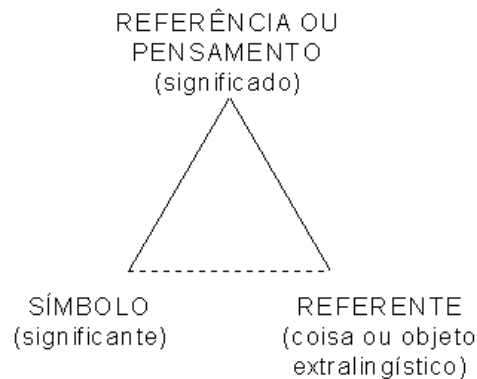
Buscando entender se este processo era ou não diferente em tempos passados é que nos debruçamos sobre a teoria da Referenciação.

Para falarmos dessa teoria é preciso considerar a estreita relação entre língua (gem), pensamento, conhecimento e realidade. Há muito, a relação destes elementos vem sendo estudada, porém trata-se de um tema complexo por confrontar diferentes teorias. Para começar, pensar em referenciação é pensar na influência e na posição da língua com relação à constituição da percepção/cognição de um sujeito.

Para estas afirmações nos apoiamos na teoria de Blikstein (2003, p.21), da qual partimos da sua concepção e relação entre signo não diretamente vinculado à realidade, “o signo representaria a realidade extralinguística e, em princípio, é por meio dele que podemos conhecê-la.”

Assim, esse autor confronta teorias fortemente difundidas, as quais descartam qualquer elemento extralinguístico do processo de significação, até que foi lançada figura do *referente* no triângulo de Ogden e Richards. Nesse triângulo, o signo é entendido como símbolo/significante, a referência, como significado e há ainda, na última extremidade, o referente, a coisa extralinguística. A forma triangular não possui uma direta ligação entre signo e referente. Na verdade, pressupõe a ligação

de signo com referência (ou pensamento) e de referência para referente, ou seja, o referente é o resultado da relação entre estes primeiros elementos. Voltamos então à concepção de signo de Blikstein (op.cit.) sem vínculo direto com a realidade, ou com o que é representada.



Este triângulo continuou a desenvolver-se em outras teorias, também na de Blikstein (op.cit.). Este autor vai impor uma nova relação entre referente e a realidade para que o referente não possa ser confundido com um objeto de mundo, mas sim algo fabricado ou transformado pela prática social e pelo processo de cognição/percepção<sup>4</sup>, os quais são garantidos pela linguagem. Para melhor entendermos o referente pensemos nele como um objeto construído pela práxis<sup>5</sup>, nos impedindo olhar diretamente para o real, embora nos dê a ilusão de fazê-lo. Essa ilusão é citada pelo autor como resultado do que chama “óculos sociais”; trata-se de uma expressão utilizada por A. Shaff, “o indivíduo percebe o mundo e o capta intelectualmente através de “óculos sociais”. (Shaff, 1974, p. 84 apud Blikstein, 2003, p.61)

Esta noção de ligação direta e verdadeira entre palavras e coisas é também negada por Mondada & Dubois (2003). Essas autoras superam a concepção funcional de língua como forma de etiquetar as coisas. Na verdade os referentes são

<sup>4</sup> Entendemos a ligação destes termos no processo de significação segundo Blikstein (2003); Cognição é o conhecimento resultado da ação da prática social e Percepção é a captação da realidade.

<sup>5</sup> O termo práxis, conforme a citação de Blikstein (2003, p. 54), remete ‘a teoria marxista como “conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade”.

construídos e transformados pelos sujeitos através de práticas discursivas. No que diz respeito à referenciação mantém-se a noção de interação, responsável pela construção de referentes.

Nos estudos de Mondada & Dubois (op.cit.), os referentes são também chamados de objetos-de-discurso, por representarem a realidade e, portanto não podem ser confundidos com a mesma, como ocorre com os objetos-de-mundo (um dos constituintes da teoria da Referência). Conforme as autoras, estes objetos-de-discurso são marcados por instabilidades. Instabilidades de sentido entre as palavras e as coisas ou, podemos dizer, transformação de objetos de discurso a partir das atividades humanas, cognitivas e linguísticas. Para tal concepção, os sujeitos devem ser entendidos como “atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades” (Mondada & Dubois, 2003, p.20).

Seguindo com estas autoras, quando usamos referentes, usamos categorias para designar coisas no mundo. As categorias são mais variáveis conforme o seu uso pelos atores sociais do que ao seu significado. A instabilidade, para teoria contrárias (teóricos favoráveis à Referência) é resultado de erro, de uma suposta dificuldade de rotular, porém discordam as autoras:

“A questão não é mais avaliar a adequação de um rótulo “correto”, mas de descrever em detalhes os procedimentos (lingüísticos e sócio-cognitivos) pelos quais os atores sociais se referem uns aos outros – por exemplo, categorizando qualquer um como sendo um “homem velho”, em vez de um “banqueiro”, ou de um “judeu” etc. tendo em conta o fato de algumas destas categorias poderem ter eventualmente consequências importantes para a integridade da pessoa.” (SACKS, 1972 apud MONDADA & DUBOIS, 2003, p.23)

O processo de referenciação ocorre tanto na fala quanto na escrita. Na fala, os recursos são amplos e diferentes. Podemos usar recursos não-verbais, por exemplo, apontar diretamente o referente próximo, o que facilita a compreensão e recuperação por parte do nosso interlocutor. No texto escrito isso exige uma melhor e mais cuidada construção discursiva.

Nossa análise está voltada para o texto escrito, mais especificamente, as Cartas Notariais. Para tal análise utilizamos os princípios de referenciação e progressão referencial conforme os estudos de Koch (2006, 2008, 2009). As

estratégias usadas pelo produtor do texto denominadas por esta autora como: *introdução*, *retomada* e *desfocalização* são fundamentais na construção de um discurso e de seus objetos-de-discurso, o que procuramos confirmar neste trabalho.

Segundo a autora, a referenciação é considerada uma atividade discursiva, refletindo as escolhas linguísticas de um sujeito em função de uma interação verbal. No caso da escrita, o processo é semelhante, o sujeito é considerado escritor e a interação verbal corresponde à produção escrita. A referenciação é entendida por Koch (2006, p.123) como forma de introdução de novas entidades ou referentes no texto. Diferencia-se da progressão referencial, a qual é construída à medida que esses referentes são de algum modo, recuperados ou quando servem de base para a introdução de outros referentes. Trata-se de uma forma de controlar ou manipular a memória discursiva do leitor.

Para a autora, a introdução de um novo objeto-de-discurso que permanecerá em foco na memória discursiva é a primeira estratégia para a construção do discurso. Pode ser introduzido sem que tenha relação com outro elemento já existente, ou seja, de modo não-ancorado (exofórico) e, ao contrário, de modo ancorado (endofórico) quando pode ser associado a outro referente, constituindo as anáforas indiretas (forma de remissão sem antecedente explícito) e anáforas associativas (forma de remissão que explora relações meronímicas). Seguindo com as contribuições de Koch (2006, p. 129) podemos incluir outra forma de introdução ou ativação ancorada, a nominalização ou rotulação: “introduz-se, assim, um referente novo, encapsulando a informação difusa no co-texto precedente ou subsequente e representado-a por meio de um sintagma nominal. Os rótulos podem, portanto, ser prospectivos e retrospectivos.”

Para garantir a continuidade de um texto, além da introdução deve haver a progressão referencial, que ocorre através de retomadas de referentes já em foco e a desfocalização de tais referentes para entrada de novos objetos e novas informações. Ressalta Koch (2009) esta importância no seguinte trecho:

“(…) na escrita de um texto, remete-se, continuamente, a referentes que já foram apresentados na memória do interlocutor; e acrescentam-se informações novas, que, por sua vez passarão também a constituir o suporte para outras informações.” (KOCH, 2009, p.138)

Considerada como segunda estratégia, a retomada de um referente previamente introduzido mantém aquele em foco na memória discursiva. A recuperação de um referente pode ocorrer através de recursos gramaticais (pronomes, elipses, numerais e advérbios locativos) ou lexicais (sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e expressões nominais).

As principais estratégias de retomada se dão de modo pronominal (pessoais de 3ª pessoa, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, e relativos).

Outra forma de retomada bastante frequente, ocorre através das expressões nominais (determinante+nome) definidas ou indefinidas. Algumas expressões nominais são constituídas além de determinante e nome, por modificadores que podem se apresentar como sintagmas preposicionais e, o que será privilegiado por este estudo, os adjetivos.

Segundo a autora, é importante que não limitemos a função das expressões nominais ou referenciais:

(...) a função das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva. (KOCH, 2006, p. 106)

A terceira estratégia de progressão referencial, apontada por Koch (op.cit.), é a desfocalização que se dá a partir da introdução de um novo referente, uma nova posição focal. Isso não significa que os referentes anteriores não possam ser retomados, formando o que conhecemos como sequências ou cadeias referenciais.

As cadeias referenciais são para Koch (2009, p.144) marcadas por certa recorrência, implica que remetamos um mesmo referente continuamente. Podem se apresentar ambíguas intencionalmente ou não quando houver mais de um antecedente e quando formada por pronomes pessoais de 3ª pessoa, retos ou oblíquos.

Percebemos que são diversos recursos linguísticos capazes de organizar e construir um enunciado, bem como estabelecê-lo segundo uma relação referencial com o que é considerado extralinguístico. O uso de pronomes de tratamento e alguns adjetivos são marcantes nas Cartas do séc. XVIII. Antes de mostrar como foram utilizados precisamos defini-los conforme as gramáticas.



## Capítulo IV

Os pronomes de tratamento nas gramáticas.

Para se falar de pronomes, decidimos estabelecer como estes são definidos por diferentes gramáticos, Celso Cunha (2008), Celso Pedro Luft (2002), Evanildo Bechara (2009) e Maria Helena de Moura Neves (2011).

De acordo com Luft (2002):

O pronome denota o ser mas sem lhe dar a significação intrínseca nem apontar qualquer propriedade. Sua função é simplesmente indicar e determinar a situação do ser no espaço (no ato de comunicação) ou no contexto (falado ou escrito). (LUFT, 2002, p. 152)

Percebemos que os pronomes já possuem uma função referencial, o que é pertinente a este trabalho sobre Referenciação. Confirmamos essa constatação através da denominação utilizada por Neves (2011) que considera os pronomes como palavras fóricas, o que significa que elas têm capacidade, por excelência, de *remeter* a algum outro elemento.

A função do pronome segundo Celso Cunha (2008) é a mesma de uma função exercida por elementos nominais, podendo, portanto, representar um substantivo (pronome substantivo) ou acompanhá-lo (pronome adjetivo). O autor Evanildo Bechara (2009) ainda ressalta que se trata de palavras categoremáticas, ou seja, de sentido completo e preciso.

Os pronomes são classificados por estes gramáticos como: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos.

A proposta desta análise aponta, especialmente, os pronomes de tratamento. Os *pronomes de tratamento* para Cunha (2008) e Luft (2002) ou as *formas de tratamento* segundo Bechara (2009) funcionam como pronomes pessoais, como por exemplo: você, o senhor, vossa excelência.

De acordo com Neves (2011) o pronome pessoal, como qualquer outra forma pronominal, possui natureza fórica, faz referência pessoal a algo ou à pessoa que foi (através de anáfora) ou que será (através de catáfora) referida no texto com

a 3ª pessoa, e, ainda, pode fazer referência a um dos interlocutores (função exofórica), com a 1ª e 2ª pessoas.

A autora atribui três funções aos pronomes pessoais: a primeira é a *função interacional*, em outras palavras, representação dos papéis do discurso, o que remete à situação da fala e a segunda é a *função textual*, garante a continuidade do texto, ao fazer remissão a elementos do próprio texto. A terceira função é a de *explicitar a natureza temática do referente, dispondo para isso, de formas particulares*. Um exemplo destas especificidades são as formas EU e TU, restritas à função de sujeito.

Neves (2011) lembra que alguns pronomes possessivos femininos de 3ª pessoa do singular (Sua) e de 2ª pessoa do plural (Vossa) são utilizados na composição de pronomes de tratamento, uso também mencionado por Celso Cunha (2008).

Assim, como a saudação e despedida, elementos comentados no capítulo 2 deste trabalho, os pronomes de tratamento representam mais um recurso para se observar o grau de formalidade das cartas notariais, pois conforme Bechara (2009), graças a esses pronomes nos conduzimos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades do cargo que ocupam, desde um tratamento informal ou familiar até um tratamento mais cerimonioso.

O uso de Vossa Excelência é a forma mais comum para tratamento mais formal em correspondências oficiais, como é o caso das Cartas analisadas. Conforme Luft (2002) esse pronome é aplicado para “altas autoridades do Governo e das classes armadas”, uso que já se percebe nas Cartas do séc. XVIII. Outra forma que se apresenta, mas com menor frequência, é Senhor, utilizada como uso formal, mas não precisamente dirigindo-se a pessoas de altos cargos.

Após breve discussão sobre os pronomes tratamento, passamos, na sequência, à análise do *corpus*.

## Capítulo V

### *Análise do corpus*

Os doze documentos (fólios) analisados pertencem ao livro *Scripturae nas Villas de Sam Luiz de Goaratuba e Antonina: documentos setecentistas e oitocentistas*, organizado por Vanderci de Andrade Aguilera e Joyce Elaine de Almeida Baronas professoras da Universidade Estadual de Londrina e publicado no ano de 2007.

As três cartas selecionadas para esta análise são as que seguem:

A carta “Doc: 01 [153] de 14 de agosto/1791” informa sobre o falecimento do então Diretor e comandante da vila, o Capitão Miguel de Miranda Coutinho, comunicando a atual situação do posto. Os autores são: Manoel de Miranda Coutinho, Antonio Carvalho Bueno, João Miranda Coutinho e Francisco de Miranda Coutinho e o destinatário é o governador da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorença.

Quanto à carta “Doc: 05 [158] de 11 de abril/1795” trata-se de um pedido de suspensão da ordem de não poder seguir direto ao Porto do Rio de Janeiro sem antes passar pelo Porto de Santos. O documento é assinado por Manoel de Miranda Coutinho, Antonio Carvalho Bueno, João Miranda Coutinho e José Gonçalves Lopes.

E, por fim, a carta “Doc: 09 [165] de 20 de outubro/1798” informa o recebimento de cartas. É assinada por Antonio dos Santos Silva, João Araújo Ferraz, Vitoriano José da Costa, Inácio José Ferreira Coutinho, Manoel Antonio Barata.

Observamos que as cartas analisadas apresentam alto grau de formalidade, que pode ser percebido primeiramente pela identificação do destinatário, seguido pela linguagem e pelo conteúdo, pelas saudações e pelas despedidas e, especialmente, pelo modo como são empregadas as formas ou pronomes de tratamento.

O grau de formalidade através da linguagem e do conteúdo, como já comentamos, corresponde ao contexto de produção. Os remetentes eram os responsáveis pela Vila, recebiam o título oficial através da aprovação do rei ou outra

autoridade. Em princípio, esses textos obedeciam criteriosamente aos “padrões” de uma carta. Entretanto, assim como outros gêneros, a carta sofreu alterações. Neste caso específico, quando recebidas pelo destinatário eram arquivadas por um escrivão como um *documento oficial* e passavam a fazer parte de um livro de registro devidamente enumeradas. O conteúdo dessas cartas é de ordem social, pois compartilhavam questões correspondentes à comunidade em geral.

O altíssimo grau de formalidade das saudações e das despedidas corresponde diretamente às relações de poder que permeiam esses textos, as repetições e vocativos colocam o autor numa nítida posição de inferioridade, contudo, de respeito, que almeja através de toda a manipulação linguística alcançar a “boa vontade” do destinatário. A “boa vontade” pode referir-se a uma autorização, pedido de ordens, etc. algo que fosse indispensável para os habitantes ou para o crescimento da Vila de Guaratuba.

Para se analisar um texto antigo é necessário, primeiramente, familiarizar-se com o texto, através da identificação das palavras e pontuação, que só é possível após muitas leituras. Este comentário pode parecer desnecessário, porém basta observarmos os trechos que serão analisados para percebermos quão complexos podem se apresentar. Isso acontece devido as suas especificidades. Notamos uma grande preocupação com a caligrafia e “certo” descaso ou desconhecimento quanto à pontuação (ou falta de). Também observamos as particularidades quanto ao léxico ou à grafia, ao contexto de produção (faz-se necessário precisar referentes de outra época, o que requer muita pesquisa), entre outros aspectos particulares a este tipo de texto.

Para Mattos e Silva (2004), a falta de escolarização e de conhecimento sobre a normatização da língua dificultava a escrita desses documentos, por exemplo, uma mesma palavra se apresenta grafada de diferentes formas, além de não apresentar fronteiras com preposições e artigos.

Agregado a essas particularidades está o período histórico em que foram produzidos esses textos. Mattos & Silva (op.cit.) afirma que somente na segunda metade do século XVIII é que começará a definir-se o português culto brasileiro (variante correspondente ao *corpus* de nosso estudo) através da escolarização, do seu uso escrito e normatização. As cartas analisadas datam de 1791 a 1798, logo

após a Política Linguística de Marquês de Pombal, a qual torna o português a língua oficial de um país já considerado multilíngüe.

Somente com estas considerações é que podemos partir para a identificação e análise dos elementos de referenciação.

Abaixo a carta “Doc: 01[153] de 14 de agosto/1791”:

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Dom Bernardo loze de Lorena”  
A nossa obediensia a Vossa Excelencia; e os cargos que no presente  
anno servimos neste senado fazem com que nos veja  
mos obrigados a dizermos a Vossa Excelencia que em dias do mes  
de lunho faleçeo nesta Villa oCappitaõ Miguel de  
Miranda Coutinho. Director eCommandante da  
mesma, ficando odito posto vago, eeste povo sem  
odito seu Commandante com bastante pezar nosso por sua conduta e  
Honrra; eCapacidade Damos aVossa Excelencia esta parte, por que  
nos paresseo nessessaria eque poderá ser util aobem  
publico, eserviço deSua Magestade erogamos a Vossa Excelencia queira dis  
farçar nossa impericia emandarnos suas ordens para  
nos exforçar-mos emSua Execussaõ Deos Guarde  
a Vossa Excelencia por muitos annos Villa de Guaratuba 14 de Agosto  
de 1791  
Bejaõ as Maõs de Vossa Excelencia  
Os seus mais umildes súbditos, eCriados*

Na análise dessa Carta, percebemos primeiramente o vocativo inicial “Illustrissimo e Excelentissimo Senhor” pelos adjetivos com sufixo superlativo, antepostos a forma de tratamento “Senhor”. Através dele, encontramos o primeiro referente Bernardo loze de Lorena obedecendo a um tratamento altamente cerimonioso, o que indica os atributos e o cargo do destinatário, governador da Capitania de São Paulo.

No corpo do texto, verificamos estratégias de introdução do referente “Vossa Excelência” o qual serve também como estratégia de retomada pronominal considerando que está relacionado ao mesmo referente da saudação vocativa.

No decorrer da análise, observamos que ocorre desfocalização, ou seja, a ativação de um novo referente. Vejamos o trecho 1:

1 (...) faleçeo nesta Villa oCappitaõ Miguel de  
Miranda Coutinho. Director eCommandante da  
mesma, ficando odito posto vago, eeste povo sem

odito seu Commandante com bastante pezar nosso por sua conduta e Honrra; eCapacidade Damos aVossa Excelencia esta parte (...)

Exemplificamos a desfocalização deste trecho 1 através dos elementos lexicais “Cappitaõ Miguel de Miranda Coutinho” e é nominalizado pela retomada, também lexical, pelos substantivos “Director e Commandante”. Observamos que há a retomada e, por conseguinte, reiteração de “Vossa Excelência”.

Semelhantemente, na análise da carta “Doc: 05 [158]”, observamos o uso da forma de tratamento Vossa Excelência, estratégia tanto de introdução quanto de retomada do referente (governador da Capitania de São Paulo).

*Illustrissimo eExcelentissimo Senhor:*

*Com o mais attento respeito representa a Vossa Excelencia aCa  
mera desta Villa que por Carta que Receberaõ doSargento mor Francisco  
loze*

*Monteiro ficaraõ certos nadeterminaçã deVossa Excelencia em mandar que  
qu*

*alquer em Barcasaõ que Carregar neste Porto naõ poça seguir derota  
aPorto algum sem primeiro tomar oPorto da Villa deSantos cuja or  
dem veneramos ees tamos prontos aExecutar. Porem Senhor somos  
obrigados aExpor aVossa Excelencia que es ta Villa secompem de 311 Pe  
Soas maiores emenores eque es ta sempre viveraõ em hum total deser  
do detrabalhar por naõ poderem ter bois, carros para condozirem por ter  
ra a Villa deParanagoa, que dis ta 10 legoas poco mas omenos os çeos feitos  
porém depos que aen barcasão, deque he Mestre loze loaquim deSouza acus  
ta doseo trabalho, descobrio melhor Barra para entrar nes te Porto-  
com ointeresse decarregar algum Taboado eotras Madeiras ealgua farinha  
ealguns pexes para oseo cometivo logo todos seanimaraõ com fervor  
aentrarem pellos matos; hums por çua conta, eoutros alugados porem  
todos contentes por verem que logo perceviaõ ofruto dos seos trabalhos  
Enos, consta que varias pesoas situantes no rio de Saõ Francisco se es taõ  
amu*

*dar para esta Terra oque ja ofes o Alferes Francisco loze deFreitas, com  
asua famillia que, saõ trinta pesoas. Porem meo Senhor com aordem de  
Vossa*

*Excelencia dis o Mestre da en Barcasaõ, que Ca, naõ torna pello perciozo  
que lhe*

*cauza aderotta deSantos nes tes termos não vir a Ca mais en Bar  
casão nemhua, nem os que sequeriaõ mudar para ca, ofarãõ eodito Al  
feres tornara para donde veio eporesa Rezaõ naõ vai nalista que o  
Cappitam Remete aVosa Excelencia.*

*Pedimos a Vosa Excelencia secompadesa*

*desta pobre terra quefica en pior es tado do que es tava seVosa Excelencia*

*senão conpadecer en mandar sus pender asua orden para  
 Para que as enBarcacoins posaõ seguir direito ao Rio  
 deJaneiro por cujo beneficio rogaremos a Deos en quantos formos vivos pella  
 vida esaude de Vosa Excelencia que Deos Guarde muitos anos Goaratuba en  
 Camera de 11 de Abril de 1795  
 De Vosa Excelencia  
 Os mais reverentes súbditos*

Após a introdução dos vocativos “Ilustrissimo eExcelentissimo Senhor”, temos no corpo da carta a introdução da forma “Vossa Excelencia”. Embora não seja especificado, segundo pesquisa, trata-se do mesmo referente da Carta anterior, Bernardo loze de Lorena. Abaixo destacamos o trecho 2:

2 Ilustrissimo eExcelentissimo Senhor:  
 Com o mais attento respeito representa a Vossa Excelencia  
aCa  
mera desta Villa que por Carta que Receberaõ doSargento mor  
Francisco loze  
Monteiro ficaraõ certos nadeterminaçã deVossa Excelencia  
 em mandar (...)

Na continuidade da progressão textual e referencial temos a desfocalização lexical através da expressão “Camera desta Villa” seguida de retomada elíptica, mas percebida pelo verbo “Receberaõ”. Dá-se uma nova ativação lexical através da expressão nominal “Sargento mor Francisco loze Monteiro” para só depois se encerrar o fragmento pela retomada do primeiro objeto-de-discurso “Vossa Excelencia”.

O texto é longo e esse processo se repete. Essa progressão resulta no que é nominado por Koch (2009) como “cadeias referenciais” e são fundamentais na construção do discurso na medida em que organizam o texto e indicam as pessoas do discurso, sem os quais o leitor não poderia construir o sentido.

Para não nos estendermos na descrição da progressão referencial, nem perdermos de vista nosso objetivo, o qual privilegia a progressão através de pronomes de tratamento, destacamos os trechos 3 e 4:

3(...) Porém Senhor somos  
 obrigados aExpor a Vossa Excelencia que es ta Villa  
 secompoem de 311 Pe

Soas maiores emenores eque es ta sempre viverão

4 (...) Porem meo Senhor com ordem de Vossa

Excelencia dis o Mestre da en Barcasaõ, que Ca, não torna (...)

Chamamos a atenção nos trechos para o pronome de tratamento “Senhor”, usado alternadamente com “Vossa Excelencia”, a fim de se evitar repetição nas retomadas, mantendo o mesmo referente em nível frasal. Nesse mesmo nível, poderíamos apontar o uso de “Senhor” como forma de introdução de referente (destinatário) e a “Vossa Excelencia” como emprego mais formal de retomada por substituição. Porém, ressaltamos que no texto em geral a repetição de “Vossa Excelencia” é predominante.

Carta “Doc. 09 [165] de 20 de outubro/ 1798”:

*Illustrissimo eExcelentissimo Senhor:  
Recebemos duas de Vossa Excelencia datadas  
a 14 de Agosto, a 16 de outubro, com aquelle respeito de-  
vido. Cujas materias ficaõ gravadas namemoria pa-  
ra a sua prrompta execusaõ; pois temos o desvanicimento  
de fieis Vassalos de sua Magestade, e promptos executores  
das ordeñs superiores. Quanto ao uso do Arado,  
Excelentissimo Senhor ou charrua pello escabroco das terras do Paiz,  
e montuosidade, parese difficultozo, porque varios já nos  
Tempos pasados quiseraõ usar delle, eultimamente por  
estes dous principios o largaraõ. Ficamos Excelentissimo Senhor  
na zeloza diligencia de promover aos habitantes os demais  
objectos das respeitaveis letras de Vossa Excelencia, e compromtidaõ  
remeteremos as informaçoeñs, qui constaõ na memoria,  
que Vossa Excelência nos – envia. Deus guarde a Vossa Excelencia feliz-  
mente muitos anos Guaratuba em Camera de 20 de Outubro de 1798  
Excelenitissimo Senhor Antonio Manoel deMello  
Castro, eMendoza  
Bejaõ as maoñs de Vossa Excelencia seos  
reverentes e fieis subditos.*

Como as outras primeiras cartas, a saudação se dá através da introdução das formas “Illustrissimo eExcelentissimo Senhor”. Temos a introdução do referente, porém sem que possamos defini-lo.



Concluimos que se trata de um padrão de saudação desse gênero textual para época. Hoje, não é tão comum em cartas, mas pode ser encontrado, com frequência, em Ofícios.

O escriba desta Carta explora alguns recursos linguísticos que a tornam mais instigante que as demais. A começar por apresentar elíptico o termo *carta*, que se considerado somente pelo que está no documento só poderia ser recuperado pelo adjetivo “datadas”, ainda assim, passível de ambigüidade, pois poderia referir-se a outro tipo de documento ou gênero que pudesse estar datado.

5 Recebemos duas de Vossa Excelencia datadas  
a 14 de Agosto, a 16 de outubro (...)

A recuperação do termo elíptico só é especificada mais adiante com o termo “letras”, que segundo Houaiss (2009) é sinônimo de carta.

6 (...) Ficamos Excelentissimo Senhor  
na zelosa diligencia de promover aos habitantes os demais  
objectos das respeitáveis letras de Vossa Excelencia (...)

Esse documento diferencia-se, também, pelos elementos de retomada do referente ativado por “Vossa Excelencia”, enquanto demais escribas optam pela repetição do termo. Na Carta aparece a retomada do referente como “Excelentissimo Senhor”, o que não implica na perda do caráter respeitoso como o uso de “Vossa Excelencia”.

Deixamos o referente de “Vossa Excelencia” (destinatário) para o final, pois após observarmos a Carta por completo, percebemos que os pronomes de tratamento utilizados no decorrer desta são todos catafóricos. Em Koch (2006), a catáfora é definida como “remissão para frente”, uma característica bastante peculiar nesta carta se comparada às demais, por exemplo, o referente “Excelentissimo Senhor Antonio Manoel deMello Castro, eMendoça” (governador da Capitania de São Paulo) somente especificado na despedida.

Entretanto, não é somente através de pronomes de tratamento que a relação de formalidade se constitui, chamou-nos a atenção o uso de alguns adjetivos. Vejamos o trecho abaixo, com estrutura comum à maioria das cartas:

7 (...) Deus guarde a Vossa Excelencia felizmente muitos anos Guaratuba em câmara de 20 de Outubro de 1798  
 Excelentissimo Senhor Antonio Manoel deMello Castro, eMendoça  
 Bejaô as maons de Vossa Excelencia seos reverentes e fieis subditos.

No trecho 7 temos o que constitui um padrão de despedida do gênero carta no séc. XVIII, tão formal e enaltecida como a saudação.

Também neste trecho podemos observar o efeito estilístico causado pela colocação sintática (hipérbato).

*(...) Bejaô as maons de Vossa Excelencia seos reverentes e fieis subditos. (uso na Carta)*

*Seos reverentes e fieis subditos bejaô as maons de Vossa Excelencia. (colocação padrão)*

Ao alterar a posição dos sintagmas, o escriba não só altera palavras como chama a atenção do leitor. Pois, coloca primeiramente “Vossa Excelencia” (destinatário), e não obstante acrescenta os adjetivos qualificadores *reverentes* e *fieis* ao substantivo *subditos* (autores da carta).

Essa adjetivação relacionada aos autores das cartas - *subditos* ressaltam ainda mais a submissão desses ao governador da Capitania de São Paulo. Ora esse fato é representado pelos termos *reverentes* (que reverenciam), *umildes*, *obedientes*, ora são intensificados e acentuados com acréscimo de mais um adjetivo ou de um advérbio como: *mais reverentes e fieis*, *mais umildes e criados*, (*mais*) *obedientes e umildes súbditos*, em outros documentos analisados.

Após análise dessas e demais cartas, destacamos a utilização de reiteração através de retomadas de um mesmo referente pela mesma forma de tratamento “Vossa Excelencia”, o que não significa dificuldade de escrita, nem mesmo falta de sinônimos equivalentes. Destacamos também o emprego de adjetivos qualificando e intensificando o seu referente. Isso pode ser entendido como uma forma de marcar a posição social e enaltecimento dos destinatários, reforçando as relações de poder, de hierarquia e de respeito na expectativa de terem os seus pedidos atendidos.

## Considerações Finais

Após a análise, concluímos que o contexto histórico do século XVIII foi um fator determinante na dificuldade da forma como foram grafadas e construídas as cartas notariais analisadas, considerando a falta de uma gramática devidamente implementada e difundida no país que passava por uma grande mudança, a Política Linguística Pombalina, que subjugou o país à língua do colonizador tentando apagar a diversidade linguística que já se apresentava na época.

Através das cartas concluímos, também, que embora não seja especificado por Koch, os pronomes de tratamento são também recursos utilizáveis para a referência e a progressão referencial.

Observamos que nesses textos do século XVIII já eram utilizadas as estratégias de introdução, retomada e desfocalização de objetos-de-discurso, a autoridade que exercia a função de Governador da Capitania de São Paulo. Do mesmo modo, constatamos a influência do destinatário que determinava o grau de formalidade empregado na escrita dessas cartas. As formas reiteradas e os adjetivos acentuam o elevado grau no tratamento, pois estes referentes exerciam o mais alto cargo de chefia e de maior prestígio nesse período colonial do país. Enquanto os pronomes de tratamento marcam a posição social do destinatário, os adjetivos destacados na análise expressam a subordinação e respeito dos vereadores da Câmara da Vila de São Luis de Guaratuba, autores das Cartas notariais.

O trabalho com documentos não deve limitar-se ao meio acadêmico. Há a possibilidade de ser levado ao aluno de Ensino Fundamental ou Médio, no que diz respeito, por exemplo, às questões ortográficas. Além de se trabalhar uma perspectiva histórica, os alunos poderão, à medida que observam e identificam o texto, colocar em prática o seu conhecimento linguístico, podendo até reconhecer e compartilhar algumas dificuldades linguísticas expostas.

Vale ressaltar que estes manuscritos, devido à escassez de material “cartas pessoais” de caráter coloquial, podem representar uma forma mais aproximada da língua *falada* em outras épocas, pois esses textos foram expedidos como carta e somente depois passaram a constituir arquivos de cartório.

Embora, não saibamos como era o processo de escrita destes documentos, pois as cartas eram assinadas por no mínimo três autores, são marcados pela subjetividade desse escriba. Seja pela grafia, caligrafia e até pela colocação dos adjetivos percebemos que muda de um escriba a outro.

Queremos constar que a riqueza destes manuscritos pode servir desde a estudos diacrônicos ou ainda para um profundo estudo estilístico, também para uma análise do discurso, dentre tantos outros modos de estudo, incluindo-se uma análise sobre identidade.

## Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade & BARONAS, JOYCE e de Almeida &(Org.) **Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina**: manuscritos setecentistas e oitocentistas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007, p. 17-57.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução: PEREIRA, Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. DIONÍSIO, Ângela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss, (orgs). Trad. e adaptação HOFFNAGEL, Judith Chambliss. São Paulo: Cortez, 2006.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Houser ou A fabricação da realidade**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- BUENO, Francisco da Silveira. **A Formação Histórica da Língua Portuguêsa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1984.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009
- KOCH, Ingedore Villaça. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos dos textos**. - 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
- LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 2 ed. São Paulo: Globo, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia de. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOSO CAMARA JR, Joaquim. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão- Prolivro, 1975.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à linguística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1981.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. **Construção dos objetos de discurso e categorização**: Uma abordagem dos processos de referenciação. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; GIULLA, Alena, (Orgs). Referenciação (Coleção clássicos da linguística I). São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

NATALINO, Mário José. **Fundação do Município de Guaratuba**: História. Disponível em: [http://www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1154&Itemid=185](http://www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=1154&Itemid=185)>Acesso em: 26 ago. 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos de português**. 2. ed. São Paulo: Editos Unesp, 2011.